



Dia 23 a 25 de Outubro de 2019

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Centro de Formação de Professores - CFP

Amargosa - BA

ISBN:978-85-5971-123-3 - ANAIS EPLIS II

O ENSINO DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL II E ENSINO MÉDIO

Tânia Jesus Santos

IF Baiano – Câmpus Santa Inês, taniageografando@gmail.com

Marisa dos Santos Tome de Souza

IF Baiano – Câmpus Santa Inês, marisa.souza@ifbaiano.edu.br

Wasley de Jesus Santos

IF Baiano – Câmpus Santa Inês, wasley.santos@ifbaiano.edu.br

Eixo Temático: Política linguística e educacional sobre a Língua de Sinais

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo discutir a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e das adaptações necessárias para a inclusão de alunos surdos na Educação Básica, com enfoque nos anos finais do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, a partir da experiência adquirida em um curso de Libras realizado no IF Baiano, Câmpus Santa Inês, no ano de 2018. Para esta pesquisa, adotou-se como metodologia a revisão bibliográfica a respeito do ensino de Libras na Educação Básica, considerando as dimensões históricas, sociais e culturais da inclusão de alunos surdos na escola comum. Nota-se que a educação inclusiva trouxe diversos pontos a serem discutidos e analisados nas instituições de ensino, principalmente na escola comum. Então, em busca de uma equidade no processo de ensino e aprendizagem que vise ao acesso e permanência desses sujeitos nas escolas com igualdade de oportunidades, brota a necessidade de (re)pensar uma educação que seja para atender os anseios desses sujeitos, os quais por um longo período foram deixados de lado pela sociedade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Ensino de Libras. Ensino Fundamental. Ensino Médio.

1 INTRODUÇÃO

Buscamos na literatura uma gama de aporte teórico bibliográfico pertinente a temática discutida aqui neste trabalho que focaliza a importância da Libras como primeira língua dos surdos e as adaptações necessárias para a inclusão do aluno surdo na rede da Educação Básica.

Sabe-se que a linguagem é o meio de interação social em que o ser humano utiliza para se expressar, ou seja socializar-se com outros indivíduos, visivelmente é o recurso empregado pelas pessoas, seja ela verbalmente ou manualmente é possível expandir os diversos leques e interfaces do conhecimento.

Dessa maneira, adverte-se que a Libras é a sigla usada de Língua Brasileira de Sinais, onde são usadas nas comunidades surdas, manualmente feitas com gestos e expressões faciais. Sua diferença das demais línguas é a modalidade que se utiliza do campo visual-espacial como referencial na comunicação. Com a aquisição desta é que irá permitir que o aluno surdo tenha acesso aos ouvintes, formando uma maneira de pensar, agir e ver o mundo e suas características culturais.

A metodologia aplicada à educação de surdos no contexto de educação bilíngue, a Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda língua, respeitando a linguística do aluno. Então fazendo associação do concreto ao sinal, após sinal/palavra, em seguida substituir a imagem pela palavra escrita, mas esta de forma contextualizada para uma melhor atribuição de sentido, e assim se aproprie desse universo bilíngue.

O contexto bilíngue da criança surda configura-se diante da coexistência da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa. No cenário nacional, não basta simplesmente decidir se uma ou outra língua passará a fazer ou não parte do programa escolar, mas sim tornar possível a coexistência dessas línguas, reconhecendo-as de fato, atentando-se para as diferentes funções que apresentam no dia-a-dia da pessoa surda que está se formando (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p.13).

O aluno surdo depende muito de materiais visuais e da ação do professor para ampliar seu conhecimento, pois sendo que, a principal fonte de comunicação e expressão do aluno surdo é sua língua materna LIBRAS. O ensino para surdos na modalidade bilíngue demarca a Libras como língua de comunicação e acesso o conhecimento científico e reforça que o ensino da Língua Portuguesa tenha uma metodologia diversificada, como segunda língua. De acordo com Brito (1997, p. 2):

As línguas de sinais distinguem-se das línguas orais porque se utilizam de um meio ou canal visual-espacial e não oral auditivo. Assim, articulam-se espacialmente e são percebidas visualmente, ou seja, usam o espaço e as dimensões que ele oferece na constituição de seus mecanismos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos para veicular significados, os quais são percebidos pelos seus usuários através das mesmas dimensões espaciais.

A inclusão escolar é uma realidade legal, para que haja inclusão do aluno surdo são necessárias mudanças no currículo, na prática do educador, porque o processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo tem de ser diferente do aluno ouvinte, principalmente na elaboração e interpretação de textos. Então para o aluno surdo o eixo principal de aprendizagem é Libras, conseqüentemente ele deverá saber o Português para fazer parte do contexto escolar,

desenvolvendo assim educação bilíngue e tendo seu direito preservado a uma educação de qualidade; algo que pode ser assistido pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) em um turno oposto.

Enfim, para incluir um aluno no ensino comum, é preciso adaptações condizentes com sua necessidade, no caso do surdo, o foco da nossa discussão, é necessário o conhecimento da língua natural dele, bem como a utilização de recursos visuais para melhorar sua aprendizagem.

O rompimento com práticas e conceitos antigos marca um passo para inclusão, é preciso inovar, vencer os desafios, faz-se necessário deixar de ver a educação como processo de integração, mas sim como inclusão. Mas é verdade que a inclusão na sala de aula está sendo aprendida no dia a dia, com relação à inclusão de alunos surdos deve-se respeitar sua cultura e reconhecer que a língua de sinais faz parte da sua identidade e personalidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Sabe-se que a educação era privilégio de poucos, porque no passado só tinham acesso exclusivamente ao ensino escolar quem tinha condições financeiras, fator que já era uma forma de exclusão, mas a partir do processo de democratização da escola inicia uma investidura para mudar a concepção de segregação e integração, então os direitos humanos e os princípios de cidadania vão impulsionar a mudança no paradigma educacional.

O processo do ensino passou por diversas modificações que vem seguindo a história da humanidade, experimentaram diferentes estratégias, muitos viam a pessoa com deficiência sem necessidades específicas, estabelecia uma forma única de ensinar baseado na homogeneidade, mas hoje diante do reconhecimento das diversidades reconhece-se que é necessário pensar em um ensino que atenda aos diversos perfis dos alunos que são heterogêneos.

A oficialização da Libras como uma língua é relativamente recente, bem como a adoção desta como disciplina obrigatória na formação de professores. Essa inclusão em ambiente acadêmico deu-se a partir da necessidade de se preparar profissionais capazes de ensinar os alunos surdos em escolas da rede pública e particular. No entanto essa formação de futuros docentes não é tão efetiva como deveria.

Há obstáculos que devem ser ultrapassados por meio de iniciativa das instituições acadêmicas e dos discentes das mesmas. A escassez de material, pequena carga horária, que por

sua vez não é padronizada são alguns dos desafios a serem enfrentados para a efetiva inclusão educacional dos alunos surdos.

No Brasil, a utilização da língua de sinais e do português, oral ou escrito, entre os surdos cresceu desde a década de 90, por meio de diversas lutas e reivindicações da comunidade surda, nos diversos setores da sociedade.

Nesta mesma época, houve um movimento de criação de escolas especiais, classes especiais para surdos, bem como salas mistas de surdos e ouvintes com a presença do tradutor-intérprete de Libras. Essa mudança aconteceu em virtude de novas visões sociais, linguísticas e pedagógicas com relação à surdez e aos surdos e respaldada pelo surgimento da lei específica para a Libras, educação dos surdos e tradutores-intérpretes.

A inclusão é assunto de grande relevância e merece destaque nos debates modernos da sociedade, para que seja contemplada com o devido respeito não só pela comunidade escolar, mas por toda população, pois se percebe que está sendo interpretada erroneamente não atribuindo os devidos papéis a cada um dos envolvidos no processo.

Durante toda trajetória da educação especial pode-se dizer que o espaço conquistado, foi através de muito sofrimento, pois o deficiente era visto como incapaz por toda sociedade, sem mencionar que eram torturados, abandonados por suas famílias sendo estes, escondidos e isolados do convívio social pelo preconceito e discriminação. Devido a isto, houve a preocupação com a dignidade humana através de mobilizações para que o deficiente fosse visto como cidadão capaz de exercer sua cidadania. Corrobora Mantoan, 2006, p.16) que:

A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços ligados a sociedades democráticas que estão pautadas no mérito individual e na igualdade de oportunidades, a inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade que foi rompida por formas segregadoras de ensino especial e regular. A escola justa e desejável para todos não se sustenta unicamente no fato de os homens serem iguais e nascerem iguais.

A prática inclusiva do surdo no ensino comum só terá êxito se acontecerem mudanças na adequação e organização do trabalho pedagógico com envolvimento de todos e principalmente a escola oferecendo a seus pares o conhecimento em Libras. Desse modo o aluno, além de ter garantido seus direitos, poderá desenvolver sua aprendizagem significativa. Visto que o verdadeiro interesse é atender as necessidades de todos os alunos.

A Constituição Federal de 1988 (art.3º, inciso IV) ressalta que “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quais quer outras formas de discriminação” . No artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, aborda no art. 208 a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede comum de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional garantiu a todas as pessoas surdas o direito de cursar todas as fases do ensino básico em instituições de ensino públicas e privadas através da Lei 9.394/1996. Por meio dessa política surgem escolas, classes e instituições especializadas para atender as pessoas com deficiências, com um tempo vê que há necessidade de incluir as pessoas em um ambiente onde todos possam interagir. Segundo Stumpf (2004, p.144) “a escola é o espaço privilegiado que deve proporcionar a seus alunos [...] as situações necessárias a essas interações significativas [...] que darão início e continuidade a seus processos de aprendizagem”.

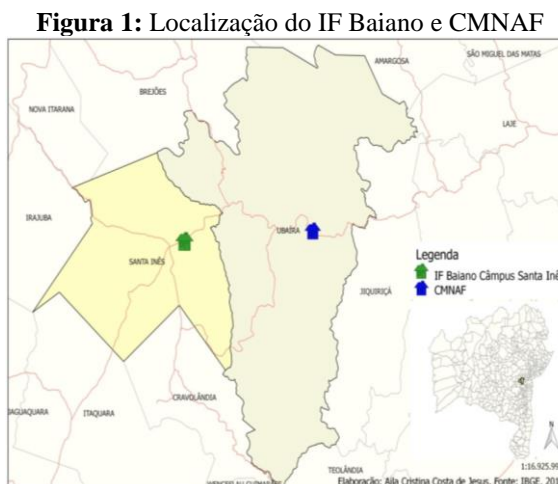
No ano de 2002, a Libras se tornou regulamentada e legalizada no país, no mesmo ano estabeleceu-se também a inclusão do ensino de Libras nas licenciaturas como componente curricular prevista no Decreto 5.626 que regulamentou a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

No país foi a partir da legalização da Língua Brasileira de Sinais que os surdos foram inseridos na sociedade como indivíduos possuidores de direitos, passando a ter acesso a informações, partilhando ideias, desejos e sentimentos; rompendo, assim, com uma realidade que os relegavam a incapacidade de aprender, e de se sociabilizar com as outras pessoas, sendo privados de seus direitos básicos. Desta forma, as Libras é um mecanismo de suma importância para a inclusão social do aluno surdo na Educação Básica, pois possibilita além da comunicação entres os alunos surdos uma interação desses com a comunidade escolar que é ouvinte.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracterizou-se como uma pesquisa analítico-descritiva, de abordagem qualitativa a partir do Curso de Libras ofertado no IF Baiano Campus Santa Inês. No que se refere ao tipo de abordagem, optamos pela qualitativa por acreditarmos que ela proporciona resultados significativos na área educacional, no sentido de oportunizar ao pesquisador uma visão mais ampla do cotidiano escolar, além de produzir conhecimentos e contribuir para a transformação da realidade estudada. Em relação às técnicas de coleta de

dados, foram utilizados diários de campo, observações e relatos dos participantes. O campo empírico da pesquisa foi uma instituição educacional Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano Campus Santa Inês, Figura 1.



Fonte: Santos, 2018, p. 24.

O IF Baiano *Campus* Santa Inês localiza-se às margens da BR 420, entre os municípios de Santa Inês e Ubaíra-Ba. A instituição de ensino tem seus prédios sediados na zona rural, especificamente a 5 km do centro administrativo de Santa Inês. O Campus conta com uma área de aproximadamente 200 hectares, onde podem ser encontrados os setores pedagógicos, administrativos e os diversos setores de produção. A cidade de Santa Inês faz parte do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá, juntamente com os municípios de Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Iramaia, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, São Miguel das Matas e Ubaíra (SEI, 2015).

O IF Baiano, *Campus* Santa Inês apresenta uma história de tradição na formação de recursos humanos no Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá. No passado, em 1996, foi inaugurado com o nome oficial de Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês, iniciando-se com os cursos de Ensino Médio integrado ao profissionalizante, contando com os cursos Técnicos em Agropecuária, em Zootecnia e Modular (formação acelerada). No ano de 2008, atendendo a demanda de expansão do ensino de qualidade, o curso subsequente de Técnico em Informática foi iniciado, além do Técnico em Alimentos. Em 2010, os cursos de Licenciatura em Biologia (mais tarde passa a ser chamado de Ciências Biológicas), Licenciatura em Geografia e Bacharelado em Zootecnia começaram a ser ofertados.

No ano de 2013, começou a ofertar a disciplina de Libras para alunos das Licenciaturas de Geografia e Ciências Biológicas para atender a um dos princípios da legislação brasileira, e é referência no município para a educação inclusiva de alunos surdos através do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – Napne. Constituíram-se como sujeitos da pesquisa os alunos do curso básico extra de Libras ofertado em turno oposto no período da tarde a alunos de graduação e ensino médio do técnico de agropecuária, zootecnia, alimentos, informática e a funcionários do campus. Esse curso foi ministrado por uma professora interprete de Libras. Neste artigo, apresentaremos somente os resultados do trabalho desenvolvido durante o curso, ou seja, com o público alvo acima mencionado, através das análises das discussões e referenciais teóricos trabalhados sobre a temática aqui abordada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base no aporte teórico estudado e analisado percebe-se que lutar por uma escola inclusiva, principalmente para surdo, é preciso uma reflexão sobre a situação sociolinguística, a acessibilidade do surdo que não se garante apenas com o tradutor-intérprete na sala de aula, a língua de sinais precisa está articulada com os conteúdos trabalhados durante o currículo escolar, trabalhar com projetos que ultrapasse as paredes da sala e envolva toda a comunidade escolar e assim ocorra a revitalização do olhar para a construção visual dos sentidos como direito à cidadania.

A inclusão de todos na escola independentemente do seu talento ou deficiência, reverte-se em benefícios para os alunos, para os professores e para a sociedade em geral. O contato das crianças entre si reforça atitudes positivas, ajudando-as a aprenderem a ser sensíveis, a compreender, respeitar, e crescer, convivendo com as diferenças e as semelhanças individuais entre seus pares. Todas as crianças, sem distinção, podem beneficiar-se das experiências obtidas no ambiente educacional (FERREIRA, 2005, p. 124).

O processo de inclusão dos alunos surdos nas escolas de ensino básico da rede pública e particular perpassa pela necessidade de igualdade das possibilidades de aprendizado, para tanto uma das exigências é que haja tradutores-intérpretes de Libras nas salas com esses alunos, pois não há professores fluentes em língua de sinais para atender à demanda, o trabalho do tradutor-intérprete é de intermediador, interpretar de uma língua para outra. Atualmente são confundidos como professores, mas de fato não são professores. A lei do interprete garante a

escolaridade mínima do segundo grau. Contudo as escolas ainda são organizadas de maneira que atendam às necessidades dos alunos ouvintes, obrigando os alunos surdos a optarem e priorizarem atividades extracurriculares para aquisição de pontuação para a aprovação na escola. (LORENZETTI apud CAETANO; LACERDA, 2013, p.219).

Os dilemas e entraves postos para um adequado desenvolvimento educacional da comunidade surda são diversos, principalmente nas escolas públicas, que sofrem com os estigmas e baixos incentivos governamentais. A inclusão dos surdos nas esferas educacionais, por si só, não garante o cumprimento do direito constitucional à educação, pois é preciso que existam condições de continuidade do processo.

Sucinta -se que é necessário um currículo que seja pensado para o aluno surdo, que institua formas de vida e formas de ser surdo, porque trabalha a identidade da cultura surda, elementos que afirmam como um grupo que contribui, produz e participa na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

As aulas do curso de Libras ocorreram durante os meses de maio a setembro de 2018, no instituto, e foram ministradas para a alunos de graduação e ensino médio do técnico de agropecuária, zootecnia, alimentos, informática e a funcionários do campus que tivessem interesse em cursar, no turno da tarde, perfazendo um total de 75 horas. Nessas turmas não havia alunos surdos. Durante o curso, foram destinados momentos para reflexões sobre possíveis mitos e crenças sobre a Libras, questões sobre a surdez como diferença linguística, além de discussões sobre identidade e cultura das pessoas surdas. Nesses encontros iniciais, os alunos discutiram sobre a legitimidade da língua e sobre o uso de terminologias inadequadas como *linguagem dos sinais*, *surdo-mudo*, *mudinho*. Os alunos destacaram, também, o fato de não terem conhecimentos prévios sobre a língua, mas mostraram interesse e curiosidade sobre ela. Principalmente interesse em relacionar a importância da Libras para a comunicação com os possíveis alunos surdos que poderiam encontrar nas escolas da rede pública. Os participantes ainda afirmaram não sabiam até o presente curso se comunicar com eles, pois sempre utilizavam a Língua Portuguesa associada a estratégias como falar mais alto, mais pausado ou ampliar a articulação. Após refletirem sobre a Libras, entretanto, perceberam que tais estratégias não contemplavam aqueles alunos surdos e não alcançavam os propósitos comunicativos.

Após essas reflexões iniciais, iniciou-se o trabalho com a língua, cujo propósito fundamental era desenvolver as competências comunicativas. Nesse âmbito, conforme já foi mencionado, atribuímos à Libras alguns referenciais que embasam o ensino das línguas orais.

Nesse sentido, como pode ser observada, a professora estimulou a realização de trabalhos coletivos em grupos o que foi fundamental para o desenvolvimento das práticas

comunicativas em sala de aula e para a interação entre as crianças, incentivando a negociação de significados. Em grupos, os aprendizes trabalharam de maneira colaborativa, discutindo sobre a língua e seus contextos de uso, examinando as produções dos colegas e expandindo as suas produções.

Sobre esse aspecto, consideramos que as aulas foram permeadas de recursos pedagógicos que, aliados à práxis das professoras, tornaram as aulas lúdicas e divertidas e estimularam a participação dos alunos nos diferentes momentos. A abordagem dinâmica das estratégias desenvolvidas a partir de diálogos e apresentações, foram facilitadoras para a promoção do ensino-aprendizagem da Libras e espera-se que os profissionais da área ampliem cada vez mais cursos de capacitação como o desenvolvido que possibilitou o resultado da presente pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a inclusão de alunos surdos nas instituições de ensino da rede pública é uma realidade, relativamente recente, que merece total dedicação dos futuros profissionais docentes que se preocupam com a educação brasileira e o bem estar social e crítico de todos os cidadãos. Para tanto é preciso que estes sejam preparados para o trabalho com alunos não ouvintes, diminuindo, assim, a desigualdade e efetivando a educação inclusiva.

Percebe-se que a partir do reconhecimento legal da Libras como a língua da comunidade surda brasileira, seu processo de ensino e aprendizagem ganhou visibilidade e passou a ser ofertado para os mais diversos públicos, com vistas ao seu uso e divulgação. A igualdade de acessibilidade acontecerá apenas quando houver o preparo do corpo docente e da escola para receber de maneira digna e adequada os alunos surdos.

Entende-se ainda que a abordagem comunicativa se fundamenta em um processo de ensino e aprendizagem destinado ao uso da língua em interação com seus falantes, consideramos que o curso alcançou esse propósito, pois as crianças conseguiram estabelecer pequenos diálogos com usuários da Libras. Tais resultados foram atingidos, em grande parte, pelo desempenho da professora e dos cursistas principalmente no anseio de quere aprender a especificidades da língua dos surdos, que, ao assumirem o viés comunicativo, buscaram promover situações nas quais fossem exigidas situações reais de comunicação.

Falta reconhecer a Libras como a língua do surdo e que deve fazer parte do currículo escolar, proporcionar aos alunos surdos um ensino que aborda a cultura surda, como também

participação dos mesmos nos programas que venham ajudar o cognitivo, perceptivo, o motriz, o raciocínio lógico e a atenção.

Nota-se que é difícil falar em inclusão quando de fato ela não está acontecendo; não se pode pensar que inclusão de educandos surdos na sala comum se faz meramente com um tradutor-intérprete, tendo uma ou duas vezes na semana aula de Libras fora do contexto escolar. Ao contrário, é necessário que Libras seja componente curricular obrigatório, que esteja relacionada às outras disciplinas; portanto, uma ação multidisciplinar, com vistas à socialização entre surdos e ouvintes nas comunidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em 13 ago. 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras - e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em 7 ago. 2019.

FERREIRA, MEC. Reflexões críticas acerca de alguns conceitos relacionados à integração/inclusão de criança com deficiência no ensino regular. **Revista Pedagógica**. v. 15. Chapecó/SC, 2005.p. 107-134.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (Org.). **Tenho um aluno surdo, e agora?**: Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Carlos: EdUFCSCar, 2013. Cap.13, p. 219-236.

MANTOAN, Maria Teresa Egler; PIETRO, Rosangela Gavioli; ARANTES, Valeria Amorim. **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

QUADROS, R.M.; SCHMIEDT, M. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

STUMPF, Marianne Rossi. Sistema Sign Writing: por uma escrita funcional para o surdo. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES; Maura Corcini (Orgs). **A invenção da surdez**: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. EDUNISC, 2004.